REFERENCIAL

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

N.º 24 / JULHO A SETEMBRO 91 / ANO 7

EDITORIAL

Dezassete anos são passados sobre a reabertura das portas da democracia em Portugal. Depois do primeiro acto eleitoral — significativamente realizado exactamente um ano após o derrube do fascismo, como os autores do 25 de Abril o haviam prometido, e também significativamente o mais participado de todos — muitas outras vezes os portugueses têm utilizado o direito então conquistado para, através do seu voto, decidirem sobre os candidatos que desejam ver na Presidência da República, na Assembleia da República nas Assembleias Regionais ou nas Autarquias.

Em diferentes ocasiões, diferentes também têm sido as orientações que o resultado do voto tem produzido. Salientando-se, no entanto, uma civilidade e uma participação que tem deitado por terra a teoria dos que defendiam que os portugueses não estavam preparados para votar (quer os defensores da ditadura, quer os que, no seguimento do 25 de Abril, tentaram alterar o prazo das eleições — de um para três anos — e deram origem à primeira grande clivagem, dentro do MFA).

É também por isso que, nós militares de Abril, nos continuamos a sentir muito orgulhosos por termos derrubado uma velha ditadura de quase 50 anos, onde as «eleições» eram autênticas farsas, e termos sido capazes — mesmo com a dolorosa necessidade de lutas fraticidas — de cumprir e fazer cumprir as nossas promessas de libertação dos portugueses e democratização de Portugal (situação que nunca se verificara em qualquer outro país).

Com efeito, ainda que os resultados das eleições muitas vezes não corres-

Continuação na página seguinte

SUMÁRIO

Editorial	1
Corpos Gerentes da A25A	2
Evocando a Nossa História	3
Vasco da Gama Fernandes	4
Documentos do Nosso Tempo	4
Os Militares de Engenharia e o 25 de Abril	5
Novo Livro de Pedro Pezarat Correia Descolonização de Angola — A Jóia da Coroa do Império Português	9
Obras Oferecidas	11
Convites à A25A	11
Lindlay Cintra	11
Em Memória	12
Associados Falecidos	12

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
José Augusto dos Santos Rosário Simões

FOTOCOMPOSIÇÃO:
Rubigráfica, Lda.

IMPRESSÃO
Tip-Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 65 35 93
1000 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
5500 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DELEGAÇÃO DO NORTE:
Apartado 678
4012 PORTO

DELEGAÇÃO DO CENTRO:
Apartado 3041
3000 COIMBRA

NÚCLEO DO ALENTEJO:
Rua Bernardo Santareno, 2
Bairro das Nogueiras
7000 ÉVORA

Depósito Legal N.º 22273/88

CORPOS GERENTES DA A25A

Aproxima-se o fim do mandato dos actuais Corpos Gerentes. Por esse facto, a Direcção chama a atenção a todos os sócios para o Capítulo IV, artigos 51, 52 e 53 do Regulamento Interno, transcrevendo alguns dos seus parágrafos:

ELEIÇÕES

Art. 51

1. Os Corpos Gerentes e as Mesas são eleitos bi-anualmente até ao dia 15 de Janeiro.
2. A eleição é feita pela Assembleia em dia que poderá coincidir ou não com o da sessão ordinária anual, constituindo-se a Assembleia, para a eleição, em corpo eleitoral.
3. Do Corpo Eleitoral constituído sairá uma Comissão Eleitoral, formada pela Mesa e um delegado de cada uma das candidaturas.

Art. 52
(Processo)

1. As listas serão conjuntas para a Mesa, Direcção e Conselho Fiscal.
2. As listas das candidaturas serão subscritas por um mínimo de 50 sócios efectivos e apresentadas ao Presidente da Mesa com a antecedência mínima de 15 dias, em relação à data da eleição, pelos sócios candidatos à presidência da Direcção.
3. As listas conterão a designação dos cargos a ser votados, à frente dos quais constará o nome do candidato.

...

6. A Direcção em exercício obriga-se a facultar o acesso a toda a informação considerada necessária pelas candidaturas legais, em condições de perfeita igualdade.
7. Durante o período que medeia entre a apresentação das candidaturas e até dois dias antes das eleições, poderão ser afixados na sede, nas delegações e núcleos, em lugar apropriado, programas eleitorais ou outros escritos justificativos das candidaturas.

EDITORIAL

(Continuação da primeira página)

pondam aos nossos desejos, ainda que por vezes sejamos levados a desabafos menos lisonjeiros quanto à capacidade de análise e de escolha dos portugueses, nomeadamente dos mais desfavorecidos, ainda que muitas vezes protestemos contra a demagogia dos políticos e das respectivas organizações, continuamos a ter orgulho, muita honra, em podermos encarar os que, servindo-se do poder alcançado directa ou indirectamente através de eleições, nos discriminam, marginalizam, perseguem, caluniam ou ignoram, e sorrindo dizer-lhes que só existem eleições livres em Portugal porque um grupo de militares conspirou contra a ditadura e realizou um dos mais belos actos da História de Portugal, na radiosa madrugada de 25 de Abril de 1974.

Acção de que, apesar de tudo, continuam a orgulhar-se.

Será esse, juntamente com o desejo de que os portugueses saibam escolher bem, melhor que noutras ocasiões, as soluções mais adequados para a defesa dos seus interesses, o sentimento como que iremos participar no acto eleitoral que está em curso.

VASCO LOURENÇO

Gravura da Capa: Exposição sobre o «25 de Abril» da Escola Preparatória de Paredes

EVOCANDO A NOSSA HISTÓRIA

GAGO COUTINHO

CO-AUTOR DA PRIMEIRA TRAVESSIA AÉREA DO ATLÂNTICO SUL

Oficial da Armada distinto, notável geógrafo e navegador frequentou a Escola Politécnica e a Escola Naval onde concluiu o seu curso em 1888.

Como oficial de guarnição embarcou no couraçado «Vasco da Gama», nas canhoneiras «Liberal», «Zambeze», «Limpopo» e «Douro», nas corvetas «Duque da Terceira», «Rainha de Portugal» e «Mindelo» e nos transportes «Pero de Alenquer» e «Índia».

Comandou as canhoneiras «Sado» e «Pátria» e a lancha-canhoneira «Loge».

Como comandante da «Pátria» tomou parte na campanha de Timor de Abril a Junho de 1912.

Teve importante acção como geógrafo em trabalhos geodésicos, topográficos e de delimitação de fronteiras tendo em 1898 feito parte da comissão de delimitação do distrito de Timor.

Foi nomeado delegado por parte de Portugal para a delimitação das seguintes fronteiras:

Em 1900, fronteira luso-britânica dos territórios do Niassa.

Em 1901, fronteira luso-belga de Noqui ao Cuango.

Em 1904, 1905, fronteiras ao Norte e Sul de Tete.

Em 1906 início do levantamento da carta de Moçambique fazendo a sua ligação geodésica com a da África do Sul.

Em 1912 a 1914, fronteira de Angola com o Barotze.

Em 1916, levantamento geodésico de S. Tomé que mereceu especial louvor. Em 1918 foi nomeado vogal da Comissão de Cartografia de que veio a ser presidente em 1925.

O seu muito saber de geógrafo e navegador de larga experiência, e no seu espírito de investigador, levou-o a dedicar-se aos estudos de navegação aérea, que estavam no começo.

Ligou-se ao seu antigo companheiro de trabalhos geográficos nas colónias, o Capitão-tenente Sacadura Cabral aviador dos mais distintos da Marinha de Guerra. Começaram a realizar voos de experiência.

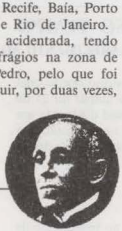
Em 1921 fazem a viagem aérea de experiência de Lisboa ao Funchal, onde confirmaram a exactidão dos seus processos de navegação.

Em 1922 (Março-Junho) no modesto hidro-avião «Lusitânia» realizam a travessia aérea de Lisboa ao Rio de Janeiro que teve repercussão mundial.

Esta travessia do Atlântico Sul foi feita à velocidade média de 135 km/h ao longo de cerca de 8 400 km.

O tempo de voo foi de 62 horas e 26 minutos, em várias etapas, passando por Las Palmas, Cabo Verde, Penedos de S. Pedro, Ilhas de Fernando Noronha, Recife, Baía, Porto Seguro, Victória e Rio de Janeiro.

A viagem foi acidentada, tendo havido dois naufrágios na zona de Penedos de S. Pedro, pelo que foi necessário substituir, por duas vezes, o hidrovião.



GAGO COUTINHO

Gago Coutinho usou tábuas de navegação especialmente adaptadas para este fim, e um sextante da sua invenção cujo modelo foi mais tarde comercializado por uma firma alemã.

Por tal feito, foi promovido ao posto de contra-almirante e condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre-e-Espada, do Valor, Lealdade e Mérito e com o mesmo grau da Ordem Militar de Santiago de Espada.

A França recebeu-o na Sorbonne e agraciou-o com a comenda da Legião de Honra. O Brasil, a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a Espanha, as medalhas de Mérito Naval, e de Mérito Militar; a Bélgica e a Itália também o agraciaram.

Em 1926 foi nomeado Director Honorário da Aeronáutica Naval Portuguesa, sendo-lhe concedido o uso do distintivo de piloto aviador, encimado por duas palmas.

Em 1928 foi nomeado pelo Ministério da Guerra, presidente da comissão para a reorganização dos serv. geográficos, cadastrais e cartográficos, e nomeado para vogal da comissão para estudar a localização de um aeroporto nos Açores e a navegação aérea para as colónias.

Em 1930 passou a fazer parte da comissão organizadora do Museu da Marinha.

Em 1931 foi nomeado para a comissão encarregada de organizar as festas do centenário de Nuno Álvares Pereira e foi também agregado à comissão da História da Colonização Portuguesa e da nossa expansão no mundo.

Em 1933 passou a fazer parte da comissão encarregada de proceder ao estudo do projecto do monumento ao Infante D. Henrique em Sagres.

Ainda em 1933 volta novamente a Moçambique para trabalhos geográficos, passando à reserva a seu pedido em 03AGO1934.

Fez diversas conferências em Portugal e no Brasil.

Publicou vários trabalhos bibliográficos de que se destacam:

As determinações de latitude feitas pela missão da fronteira do Barotze, 1915; Impressões de duas viagens através da África, entre Angola e Moçambique, 1915; Relatório da missão geodésica de S. Tomé, 1920; Relatório da viagem aérea Lisboa — Rio de Janeiro, 1923 (de colaboração com Sacadura Cabral); Tentativa de interpretação simples da Teoria da Relatividade Restrita, 1926; O roteiro da viagem de Vasco da Gama e a sua versão nos Lusíadas, 1930; etc.

Texto de BARBOSA PEREIRA

Bibliografia: Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira; Verbo — Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura

VASCO DA GAMA FERNANDES

Não se pretende, nas poucas linhas que se seguem, celebrar a figura de Vasco da Gama Fernandes, nem, mesmo, esboçar o seu perfil.

Deseja-se, sim, recordar alguns traços da sua personalidade, alguns aspectos da sua exemplaridade cívico-política. Recordar, para sentir e mostrar, sem sentimentalismos nem mistificações, que ele está connosco, na amizade sempre generosa, na disponibilidade, sempre pronta, e, também, na simbiose exemplar do seu pensamento e da sua acção, da sua apetência para o confronto e da sua permanente abertura para o diálogo, da sua dedicação à luta e da sua generosidade e tolerância.

Recordar, ainda, para também apelar aos jovens para que conheçam esta figura grande, este «Homem Bom» da República de Abril. Figura que constitui, merecidamente, um marco na via histórica da democracia portuguesa aberta, generosa, fraterna, já balizada por outras «pedras vivas», tão importantes quanto foram, por exemplo, e entre outros, Sérgio e Cortesão.

Como eles, como todos os que balizam historicamente esta via, com merecimento e lucidez, com generosidade e sem mercantismo, Vasco da Gama Fernandes amava o País, um amor que se cristalizava nas suas «pedras vivas», nos portugueses sem distinção e sem distinções.

Como eles homem de cultura, humanista e, coerentemente, «homem de lucidez e medida», ofereceu-nos uma vida em que foi notória a coerência entre a continuidade do pensamento e a acção, independentemente dos seus riscos e benefícios, eventuais.

Recusando, como eles também, os dogmas políticos e fidelizando-se só às ideias, mostrou sempre, mesmo em momentos em que a surpresa, a mágoa e a cólera seriam legítimas, que sabia que a verdade, especialmente em política, «não é dada, antes de tudo», mas nasce, só e sempre, do diálogo sério.

Em conclusão, dir-se-á que Vasco da Gama Fernandes sonhava com um pan-humanismo para a sociedade portuguesa, onde cada homem, onde todos os homens contribuissem, com o seu valor e empenho, para realizar os grandes valores que referenciam, que personalizam a nossa cultura.

P.S. — Uma palavra de reconhecimento e apreço é devida à mulher de Vasco da Gama Fernandes, D. Maria da Glória, pelo seu apoio, sem hiatos, pela compreensão, sem hesitações, enfim, pela sua partilha nos custos, grandes, de muitas coerências e confianças traídas.

Em P.S., propositadamente, aqui ficam esse apreço e esse reconhecimento.

ANTÓNIO RAMALHO EANES

DOCUMENTOS DO NOSSO TEMPO

ESCLARECIMENTO AO NÚMERO ANTERIOR

No seguimento da publicação do relatório operacional da Escola Prática de Cavalaria, na acção militar do 25 de Abril de 1974, solicita-nos o ten.-cor. Ferrand d'Almeida um esclarecimento à sua posição nessa acção fundamental para o derrube do regime ditatorial e para a implantação da democracia em Portugal.

Assim,

1. A versão por ele apresentada apoia-se no testemunho de alguns oficiais que se encontravam sob as ordens do cap. Salgueiro Maia e que presenciaram as circunstâncias em que se deu a sua prisão.
2. Quando se deslocou sozinho para a Praça do Comércio, deixando as forças que comandava na Ribeira das Naus (precisamente em frente ao Largo do Corpo Santo, a cerca de 300 m do torreão do Ministério do Exército, junto do qual foi preso), ia contactar as forças do Regimento de Cavalaria 7, já anteriormente para ali enviadas, as quais, sem que ele o soubesse, tinham aderido ao MFA e estavam já sob as ordens do cap. Salgueiro Maia.
3. Ao optar pela rendição a Salgueiro Maia, fê-lo, porque além de estar sózinho, as únicas armas com que poderia ter disparado, se conseguisse ser suficiente rápido para o fazer, eram a G-3 que trazia em bandoleira, ou a pistola que trazia no cinturão. Isto, tendo pela frente os dois esquadrões do cap. Salgueiro Maia, providos de viaturas blindadas, e ainda reforçados com os dois pelotões de Reconhecimento do RC 7 que já se lhe tinham juntado...

V.L.

Decidimos proceder a uma alteração na rotina que se estava a estabelecer nesta rubrica. Assim, em vez de um relatório de uma das muitas forças intervenientes, pelo MFA, na acção militar do 25 de Abril de 1974, publicamos hoje uma «história-síntese» da participação dos militares de Engenharia (do Exército) na conspiração e na acção histórica que permitiu o derrube de um velho e caduco regime ilegítimo e ditatorial e a instauração da liberdade que levaria à implantação da democracia em Portugal.

Elaborada por um dos principais militares de Abril, o então capitão de Engenharia Nuno Pinto Soares, estamos perante um documento bastante importante, ainda que — porque muito sintético — não realce a extraordinária, importante e fundamental acção de militares que, não sendo de uma arma das ditas combatentes, foram iguais aos melhores na dura luta que nos levou à libertação de Portugal e dos portugueses.

OS MILITARES DE ENGENHARIA E O 25 DE ABRIL

Escrever sobre a acção dos militares da Arma de Engª na preparação e participação do 25 de Abril não é tarefa fácil. Contudo perder as princípais referências dessa acção, só porque as condições não propiciaram a concretização escrita da Sua História, seria então perder por completo a memória mínima de uma participação que, porque não registada, deixaria de constar no seu Historial. Assim o que agora se apresenta é apenas uma síntese de tanto quanto se passou em torno da estrutura coordenadora, que ao longo de um ano levou à que ficou conhecida pela Revolução dos Cravos. Fica assim aqui a primeira tentativa de levar a que se escreva essa História. E muitos, abnegados e incógnitos participantes, terão bastante a dizer acerca dos Militares de Engenharia e o 25 de Abril de 1974.

SETEMBRO	1973

PRINCIPAIS REUNIOES E PLENARIOS

* Dia 9 - Reunião em EVORA (Plenário) para análise do chamado Decreto dos Capitães (Q.P. e Q.E.O.)

(Esta fase irá prolongar-se até 24 de Novembro)

LOCAL: EVORA

ACONTECIMENTOS E FASES PRINCIPAIS

* Nesta data nasce o movimento dos Capitães.
  No local é criada uma comissão para coordenar esse movimento.
* Em consequência da sua evolução o Ministério vem a cair e é suspensa a aplicação do Decreto.
* Durante esta fase começa a criar-se a consciência das verdadeiras raízes do movimento dos Capitães.

PARTICIPAÇAO DA ENGENHARIA

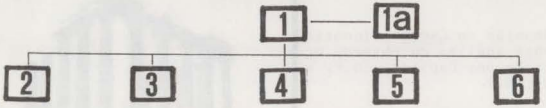
* **Dois Capitães do BSCF vão a ÉVORA.**
* **Um deles fica a pertencer à comissão e posteriormente mantendo contactos, estabelece um sistema de Delegados das Unidades de Engª.**

NOVEMBRO	1973

PRINCIPAIS REUNIOES E PLENARIOS	LOCAL: PAREDE
* Dia 24 - Reunião (Plenário) na PAREDE	

ACONTECIMENTOS E FASES PRINCIPAIS	PARTICIPAÇAO DA ENGENHARIA
* Nesta reunião levanta-se pela primeira vez a natureza política do movimento. * O facto é assumido e aponta-se para uma reestruturação que dentro em breve viria a ser conseguida.	* Os Delegados das Unidades de Engª trabalham nas suas Unidades e preparam uma votação para a nova comissão. * RE1, BSCF, BENG3 e EPE votam e DAE e DSFOE aderem à votação.

FUNÇOES E MISSOES DOS 5 MEMBROS DE ENGª MIL. NA COMISSAO COORD. DO EXÉRCITO



* Estrutura da:
Comissão coordenadora (do Exército) do "Movimento dos Capitães"

(1) Direcção

(1a) Comissão consultiva

(2) Secretariado

(3) Ligação aos outros Ramos das Forças Armadas

(4) Comissão para o estudo da situação militar

(5) Comissão de ligação ao Exército

(6) Comissão de análise política

PARTICIPAÇAO DA ENGENHARIA:

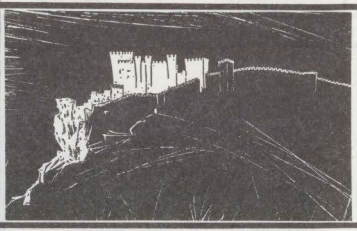
* 1 Cor e 1 TCor em 1a)
* 1 Maj em 6
* 1 Cap em 3
* 1 Cap em 4

DEZEMBRO	1973

PRINCIPAIS REUNIOES E PLENÁRIOS

* Dia 1 - Plenário em ÓBIDOS
* Dia 8 - Comissão coordenadora reune na COSTA DA CAPARICA

LOCAL: ÓBIDOS



ACONTECIMENTOS E FASES PRINCIPAIS

* Em Óbidos o plenário debate os caminhos a prosseguir e as Armas e Serviços indicam as suas comissões
* Ainda em Dezembro ocorre a tentativa de golpe de Estado do General Kaulza de Arriaga, que conseguira contactos com o Movimento dos Capitães.

PARTICIPAÇÃO DA ENGENHARIA

* É em Óbidos que a definitiva comissão coordenadora de Engª é empossada.
* Virá após isso a desenvolver intensa acçao com funções e missões descritas no quadro anterior.
* Começa a preparar um detalhado plano de acçoes para a difusão do manifesto as "FAs e a Nação" aquardando que este seja elaborado e aprovado.

Jan/MARÇO	1974

PRINCIPAIS REUNIOES E PLENÁRIOS

* Jan-5 - Comissão coordenadora reune em Cascais.
* Mar-5 - Plenário do "manifesto" em Cascais.
* Mar-8 - Transferências "Retaliatórias".
* Mar-9 - Manifestação "colectiva" e prisões.
* Mar-14- Demissão dos Gen^s C.Gomes e Spinola.
* Mar-16- Movimento das Caldas da Rainha

LOCAL: CASCAIS

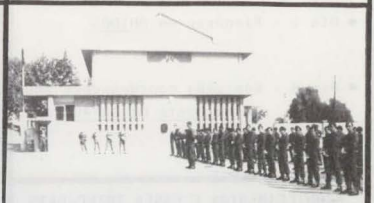
ACONTECIMENTOS E FASES PRINCIPAIS

* Em Jan a CC analisa a situação decorrente da tentativa do General Kaulza e prossegue na elaboração de um manifesto as "FAs e a Nação.
* A 5Mar o plenário aprova o manifesto e o programa de acções e seu planeamento.
* Surgem as primeiras retaliações com 3 transferências e em 8 decide-se pelo seu impedimento c/manifestação colectiva de solidariedade em quase todas as Unidades do País.
* Em consequência são presos 3 capitães no dia 9.
* A 14 são demitidos do CEMGFA e VCEMGFA Costa Gomes e Spinola.
* A 16 aborta o Movimento das C. da Rainha.

PARTICIPAÇÃO DA ENGENHARIA

* A comissão da Engª apresenta em 5Mar/Cascais o plano de acções para o "manifesto".
* Nos dias seguintes é ela que lança para o Ultramar o "manifesto e as acções a desenvolver".
* Em 9 um dos seus Capitães é preso.
* O outro Cap da comissão colabora na operação das Caldas e é ainda quem vem a ser o "adjunto operacional" do Chefe das operações, preparando o posto de CMD no RE1.
* O Coronel da CC/Engª colabora no programa político e o TCor colabora na preparação das operações do 25 de Abril.

ABRIL	1974

PRINCIPAIS REUNIOES E PLENÁRIOS	LOCAL: RE 1 - PONTINHA
* 25 de ABRIL - Eclosão do Movimento das Forças Armadas	
ACONTECIMENTOS E FASES PRINCIPAIS	PARTICIPAÇÃO DA ENGENHARIA
* Triunfa o M.F.A. * Apresenta-se à Nação o programa do M.F.A. * Constitui-se a Junta de Salvação Nacional. * Constitui-se a comissão coordenadora do programa do M.F.A. (dos 3 Ramos das FA's). (Com 3 Oficiais do Exército, 2 da Marinha e 2 da Força Aérea, a qual passa a fazer parte do Conselho de Estado.)	* RE1 - Posto de Comando com a presença de Oficiais da unidade reforçados com mais 1 Major e 1 TCor de Engª - o Cap da Comissão coordenadora do RE1 cobre com tropas são entradas da Cidade, ocupa o Ministerio do Exército e posteriormente o Quartel da Penha de França - o Maj coordena as info. * BENG 3 - Um Capitão arma, municia e transporta as Unidades de Atiradores revoltadas de Santa Margarida. É preso no CIM. Na sua acção foi ajudado pelo 2º CMDT do BENG 3. * EPE - Nove Capitães com 150 homens tomam as antenas do RCP em Porto Alto e de seguida a Casa da Moeda. São ajudados por um Major de Engª de Angola (em férias). * O Coronel da CC/Engª integra a comissão coordenadora do MFA e nessa qualidade participa no Conselho de Estado.

* Sabe-se que nos territórios do EX-ULTRAMAR foi efectiva a participação de militares de Engenharia. Fica o apelo para que tal como o fizemos em relação ao "CONTINENTE" se escrevam os aspectos fundamentais dessa participação.

* Fica assim também a esperança de que este breve resumo possa levar a que cada participante registe os factos tal como os viveu.

SERÁ ESSA A FORMA DA HISTÓRIA SE NÃO PERDER.

NOVO LIVRO DE PEDRO PEZARAT CORREIA

«DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA — A JÓIA DA COROA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS»

Entrevista com o autor

O brigadeiro Pezarat Correia, sócio fundador e primeiro presidente da Assembleia Geral da A25A, vai publicar um novo livro.

Desde que passou à reserva em 1986, Pezarat Correia tem tido uma colaboração irregular, mas frequente, em vários orgãos de informação, colóquios, seminários, conferências, etc. Debruça-se em geral sobre os temas relacionados com o 25 de Abril, com a descolonização, estratégia e defesa nacional e internacional sobre os quais já tem escrito para o «O Referencial». Depois de ter publicado o livro «Centuriões ou pretorianos?», versando a problemática do serviço militar obrigatório, o livro que agora vai aparecer com o seu nome, versará o problema da descolonização de Angola, na qual esteve profundamente empenhado, primeiro como responsável do MFA naquela ex-colónia, depois como membro do Conselho da Revolução.

Sobre este novo livro, «O Referencial» foi conversar com o autor.

P: Brigadeiro Pezarat Correia, sabemos que tem um novo livro em preparação. Quer falar-nos sobre ele?

R: Mais do que em preparação está mesmo já concluído (...)

P: Mas ainda não publicado?

R: Está entregue ao editor que pensa tê-lo nas livrarias em Novembro. Trata o problema da descolonização de Angola e chamar-se-á mesmo «Descolonização de Angola — A jóia da coroa do império português».

P: Isso levantava, para já uma série de questões. Porquê agora a descolonização de Angola? Porquê «a jóia da coroa»?

R: Vamos então por partes.

As Edições ALFA estão a publicar, em fascículos, uma obra história do tipo «monumental», que é o «Portugal Contemporâneo», que abrangerá todo o período do «vintismo» aos nossos dias. Pretenderam incluir um capítulo abrangendo de uma forma sistemática e articulada, todo o processo de descolonização das nossas colónias africanas. Será aliás um capítulo que merece um desenvolvimento destacado no conjunto da obra. Exactamente por ser inovador, dado que pela primeira vez este problema é abordado globalmente e nesta perspectiva histórica. O coordenador da obra, nosso associado Dr. António Reis, convidou-me para escrever esse texto, o que fiz com muito agrado.

P: Mas não é esse o livro que estamos a tratar aqui?

R: Não, este é uma obra colectiva e os fascículos do capítulo que escrevi só aparecerão no final do próximo ano, para serem integrados no sexto e último volume. Mas ele está na origem deste outro livro.

A minha colaboração no Portugal Contemporâneo, exactamente porque se tratava de um trabalho histórico, obrigou-me a um distanciamento por forma a que não fosse influenciada pela minha participação directa em muitos dos acontecimentos. Isso exigiu uma pesquiza bibliográfica que eu procurei fosse exaustiva, lendo tudo o que, de autores nacionais e estrangeiros, encontrei em Portugal sobre a matéria, além de jornais e revistas, arquivos pessoais, actas de reuniões, diplomas legais publicados, de forma que tudo o que escrevi foi exclusivamente produto da recolha efectuada.

P: Mas havia a sua experiência pessoal, o conhecimento dos factos, a observação e mesmo a influência nos acontecimentos?

P: Eu não podia confundir a minha dupla condição de fonte histórica e de investigador histórico. E foi nesta segunda condição que tive de me situar, com prejuízo óbvio da primeira.

Daqui resultou que, para além da satisfação com o trabalho produzido, me ficou uma certa frustração, particularmente no capítulo referente a Angola. Em primeiro lugar pelo problema do espaço, dado que uma obra colectiva obriga sempre a um espaço definido e limitado e a recolha a que procedi forneceu-me matéria para várias vezes mais. Em segundo lugar pelo distanciamento que me impus e que entrava em conflito com a intensidade com que vivi directamente o processo angolano.

Isso levou-me a propor à editora a publicação, em separado, de um livro apenas sobre Angola, agora já numa perspectiva de testemunho pessoal, em que além de um mais desenvolvido aproveitamento das consultas efectuadas, pudesse contribuir com histórias vividas, com análises críticas, isto é, com o produto da minha própria vivência nos acontecimentos. Portanto um texto empenhado, comprometido.

A editora acolheu, logo a minha proposta e o livro aí está. Vai ser publicado, simultaneamente, na colecção «Testemunhos Contemporâneos», da «ALFA» e na colecção «Inquérito», da «Europa-América».

P: Mas voltemos atrás. Porquê «a jóia da coroa»?

R: Já lá ia. Como penso que ressaltará claramente de todo o texto, Angola foi sempre um caso especial no império português. Quer no período da sua intransigente manutenção, quando Angola era o principal alvo da emigração e dos investimentos, quando Caetano admitia poder perder as outras

colónias desde que pudesse perservar Angola, ou mesmo já no período da descolonização, quando as atenções dos saudosistas procuraram centrar-se em Angola, para a furtar ao processo descolonizador ou, no mínimo, tentar aqui um modelo neocolonial que preservasse os interesses e o controlo económico português. Penso que a esta especificidade se aplica bem o epíteto de «jóia da coroa» com que os ingleses procuraram caracterizar o caso especial que para eles representava o império da Índia.

P: E qual o interesse deste tema passamos tantos anos. Será que ainda vai encontrar receptividade?

R: O tema é duma grande actualidade e no livro procuro exactamente contrariar a ideia de que a descolonização se resumiu àquele período entre o 25 de Abril e as independências. O processo de descolonização é muito mais longo e complexo, para lá e para cá daqueles limites, e as ex-colónias portuguesas e portanto Angola, neste caso particular, estão ainda a viver a fase terminal dos seus processos de descolonização.

E a verdade é que o tema da descolonização está sempre a ser levantado, até pela influência que tem no actual imaginário português, mas de forma distorcida, deturpando factos, ignorando as condições objectivas em que decorreu, transferindo responsabilidades. Impera a mistificação, a hipocrisia, a desonestidade, mas também a ignorância e a desinformação, na sua abordagem.

Com este livro, pode discordar-se do que afirmo ou do que concluo, mas essa discordância terá de apresentar novos factos, ou demonstrar que os que apresento não são correctos. Porque todas as minhas análises e conclusões assentam em factos concretos e dados objectivos, ou opiniões fundamentadas. O que não mais será possível, sem dar a imagem de uma irresponsabilidade total, é continuar a afirmar — como o têm feito algumas personalidades altamente colocadas — que a descolonização foi um mero abandono ou a entrega a estas ou aquelas forças.

Eu assumo a minha parte na descolonização, com os seus erros e as suas virtudes, com honra e com modéstia, sem receio do julgamento da História. Mas não deixarei que outros se furtem às suas, particularmente quando estão na verdadeira génese das condições em que a fase da transferência do poder decorreu.

P: Há hoje quem pretenda, a propósito dos recentes acordos do Estoril, pôr em causa o «Acordo do Alvor»?

R: Sem qualquer fundamento. Quem, em nome de Portugal, negociou o «Estoril», e sem retirar mérito aos resultados alcançados, não teve de enfrentar a complexidade da situação que envolveu o «Alvor». Apenas alguns indicadores:

— em 1974-75 Portugal não era um mediador exterior, mas uma parte negociadora, que estava em guerra com 3 movimentos e teve de buscar a paz separada com cada um deles;
— havia 4 negociadores e não apenas 2, com os três movimentos de libertação confrontando-se entre si;
— foi Portugal que conseguiu pôr os movimentos de libertação a dialogar uns com os outros, o que foi mais difícil do que conseguir os acordos separados de cessação das hostilidades;
— os movimentos de libertação, ao invés de se mostrarem empenhados no fim de uma guerra civil sem saída, estavam a preparar o seu desencadeamento e a procurarem os apoios estrangeiros que vieram a traduzir-se nas intervenções armadas externas;
— as grandes potências estavam em plena competição da guerra-fria e, em vez de colaborarem para pôr termo à guerra civil em Angola, foram os seus grandes instigadores;
— A África do Sul, então ocupando a Namíbia, era o grande desestabilizador da África austral e não se encontrava na fase de recuo estratégico actual.

Isto para já não falarmos nas diferenças da situação interna portuguesa, então no período mais agudo da revolução e da intensa luta pelo poder, quer partidária, quer no seio do próprio MFA.

P: Então o «Estoril» não foi um «Alvor 2», mais bem conduzido e sucedido?

R: De forma nenhuma. Tudo os distinguiu. Os objectivos, os interlocutores, os mediadores, as condições internas de Angola, de Portugal, de África e do mundo. Comparar os dois acontecimentos só revela má-fé. Mas posso garantir que a capacidade negocial da parte portuguesa em 1974-1975, em nada ficou a dever à actual. E se as partes angolanas, grandes responsáveis pela inviabilização do Acordo do Alvor, vierem a ter face ao Acordo do Estoril, o mesmo comportamento e o mesmo relacionamento de 1975, este não terá mais êxito.

Só que, os tempos são outros e em Angola não há hoje condições para as violações sistemáticas dos compromissos assumidos. Nem por parte dos angolanos, nem das superpotências, nem dos países vizinhos.

Creio que o meu livro ajudará a compreender toda esta problemática.

«DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA — A JÓIA DA COROA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS»

NOVO LIVRO DE PEZARAT CORREIA

Como aconteceu com o seu anterior livro «Centuriões ou pretorianos?», a A25A vai colaborar com a editora no lançamento deste novo livro do brigadeiro Pezarat Correia, a sair no próximo mês de Novembro.

O lançamento será feito em sessão pública, para o qual contamos com a presença dos associados da A25A, em data e local que será oportunamente anunciado.

A A25A disporá de um número de exemplares que os sócios poderão adquirir a preço mais favorável e assim também contribuir para os «fundos pró-sede».

Dado o número limitado destes exemplares os sócios interessados podem fazer desde já a sua reserva.

OBRAS OFERECIDAS

PORTUGAL E A NATO de Rogério Carvalho
Oferta do autor
REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS N.º 32
BAIRRO-ALTO — TIPOLOGIA E MODOS ARQUITECTÓNICOS de Helder Cabrita/Edição Câmara Municipal de Lisboa
Oferta do Vereador Vasco Franco

CONVITES FEITOS À A25A

— ASSOCIAÇÃO INTERVENÇÃO DEMOCRÁTICA
Debate «Cooperação da esquerda-viável? Utópica?»
20/6/91

— GALERIA DE ARTE LIBERDADE 190
Inauguração da exposição de pintura de Duarte Saraiva
20/6/91

— GALERIA DE ARTE CAPITEL
Inauguração da exposição Retrospectiva de Carlos Ramos
22/6/91

— CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA E COMP. DE TEATRO DE ALMADA
Abertura da exposição de artigos de ourivesaria e joalharia, artesanais da região de Gondomar.
28/6/91

— COMISSÃO DE BASE DE SAÚDE 8.º Encontro Nacional
20/7/91

— GALERIA QUADRADO AZUL
Inauguração da Exposição de pintura de António Pinto
11/7/91

— TEATRO CORNUCÓPIA
Espectáculo «Até que como o quê quase» de Samuel Beckett
19/7/91

— COOPINHAL
Cerimónia de abertura da nova loja
24/7/91

— UNIÃO DEMOCRÁTICA POPULAR
Conferência eleitoral
7/9/91

— CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA
Inauguração do «Complexo Monumental» de homenagem a José Afonso
11/9/91

— MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS
Sessão «A casa comum da esquerda»
27/9/91

— TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA
Estreia da peça «Mozart e Salieri»
26/9/91

LINDLEY CINTRA

::::
O seu conceito de Universidade não se compadecia com a existência de uma escola monolítica, orquestral, uniformizada. A escola universitária que nos ensinou a viver, em respeito pela liberdade individual, é criadora e tem múltiplos caminhos, vivas discussões, encontros e desencontros, e querer de comum consciência: a progressiva apropriação científica dos mistérios do nosso falar, da língua que usamos como uma construção do nosso ser-com-os-outros, do nosso ser em liberdade.

E por isso o estudo da língua foi para ele uma vibração do quotidiano profissional. Mas também por isso o fizeram vibrar os homens e mulheres que lutam, longe ou perto, no espaço e no tempo, e sobretudo, e acima de tudo, os que exigem a liberdade. Com eles, no horizonte visual de uma aula, no largo de uma igreja transmontana, no coração de uma lenda medieval ou na força de uma recusa comum da opressão, estabelecia uma teia de afecto. E por isso são tantos, hoje, que o misturaram à sua história pessoal, e de alguns deles nunca chegou a saber.

Para o núcleo de linguistas a que pertenço — e que não são apenas os da Faculdade de Letras de Lisboa —, para estes homens e mulheres que, além da ciência, ligaram mesmo o seu sentimento à beleza da língua literária comungando com a sensibilidade poética do Professor, não haverá quebra de convivência com ele pois a sua obra faz parte do pulsar quotidiano do nosso trabalho. E se o afirmo em nome pessoal é porque o vivo em nome colectivo. Só que a minha convivência com Luís Cintra foi um pouco mais longa — e mais longa a amizade, mais demorada a aprendizagem.

O Professor Luís Lindley Cintra continua connosco. E nele em todo o momento reconhecemos aquele indizível que o firmou para sempre como pessoa — mestre e jovem. Intuição ou ciência, sábio conhecimento do que faltava dizer, daquele quase nada que era a chave e que era tudo, como se de repente se acendesse a luz. Um de repente que leva anos e que vai fazendo caminho, porque é mestre. E, ainda, um acreditar, que as gentes, os livros, talvez a ciência e de certeza a arte, merecem o seu grande olhar um pouco desprotegido. E por isso é, e sempre será, jovem.

(Extratos do artigo «A língua e a liberdade» de Maria Helena Mira Mateus, escrito em nome do Departamento de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa e publicado na Revista do «Expresso» de 24-8-91)

PONTO DE REFERÊNCIA

Lindley Cintra faleceu no domingo passado com 66 anos, deixando-nos uma obra científica notável sobre a língua portuguesa e mais ainda: a imagem de um homem honradíssimo que lutou com o corpo e o exemplo pela Liberdade.

Faculdade de Letras de Lisboa, Inverno de 1973: no corredor do primeiro andar, seis, sete, doze pessoas rodeiam uma figura alta e magra, de ar terno e distante, interrogando-o, interrogando-se. Cada vez que o professor Lindley Cintra saía do seu gabinete, um movimento rápido, impensado, precipitava à sua volta idênticos grupos de estudantes. Não eram questões de linguística, de fórmulas de tratamento ou de português medieval que provocavam essa atracção de alunos de História ou de Filosofia em torno do mestre. As razões estavam ali a dois centímetros de distância da pele: viam-se, cheiravam-se, com azar tocavam-nos até. Tinham dois metros de altura e cem quilos de peso. Os fascistas chamavam-lhes «vigilantes»; os outros, simplesmente, «gorilas».

Era por isso que esses cristais de raiva rapidamente se dissolviam, após um, dois minutos a verificar a impotência comum. É que não eram permitidas, por aqueles músculos animados, reuniões de mais de quatro pessoas — a Faculdade tratada como as ruas no tempo da senhora D. Maria I e do seu Pina Manique! A razão invocada era a mesma: a luta contra a sedição. Faltavam poucos meses para o fim da serôdia «Primavera marcelista», mas ninguém o sabia: o silêncio desse último ano seria pesado de repressão e medo — «*A dita mói, a dita rói, a dita dura.*» As reuniões dos estudantes, que ainda se faziam com fundo de gases lacrimogéneos nas escadarias do anfiteatro (para alguma coisa haveria de servir aquela arquitectura de peixaria pomposa), deixaram de se realizar.

Lindley Cintra representava, numa academia conservadora, apenas pontuada aqui e além por assumidos reaccionarismos, a excepção; e, como ser excepção era então um acto de coragem, aquele catedrático era o ponto de referência que às vezes constituí para outros quem sempre soube manter uma postura vertical. Não eram as suas ideias políticas que contavam para isso e bem poucos saberiam individualizá-las; quase nada teriam que ver com os marxismos-leninismos — ou revisionistas ou «m-l» puros e duros — que marcavam a vida política de Letras.

A presença de Lindley Cintra na CDE de 1969 fora a de um católico como outros de então, amantes da liberdade, envergonhados da longa cumplicidade entre a Igreja e a Ditadura — como Francisco Pereira de Moura, por exemplo. Fora também a presença dessa caução de ética e de independência que andava associada ao seu nome. De coragem moral e, também, de coragem

(Continua na página seguinte)

EM MEMÓRIA

É sempre doloroso quando um amigo nos deixa de forma definitiva e total. Mas quando esse amigo foi o companheiro das jornadas de perigo e dúvida e nos serviu de apoio em decisões que mexiam com a História de um povo, a dor é mais viva, a ausência mais absurda, e a tarefa de mensageiro negro, mais ingrata.

Mas é necessário informar os meus companheiros de «Abril» que faleceu o Coronel Azevedo Simões. É necessário, para que a nossa memória conserve dele a essência da amizade, da camaradagem, da cidadania e do valor do homem bom, que foi.

Recordamo-lo aqui como homem calmo, militar digno, comandante certo e amigo constante. Mas a recordação mais necessária é a de companheiro de «Abril», que, comandando o quartel do CICA 2 no Porto, desde o primeiro momento se colocou ao lado dos seus oficiais na preparação do Movimento das Forças Armadas possilitando assim a criação das condições materais e organizativas para a operação militar «Fim de Regime» na região norte do país, de que resultou o fim da ditadura, a festa da alegria em liberdade e o início da construção do sistema democrático.

Na sombra fecunda que fez germinar a alvorada renovadora de 25 de Abril no Porto, e nos tempos perturbados e de combate que se lhe seguiram, o coronel Azevedo Simões preservou em nós a consciência essencial do chefe militar, e a fidelidade última ao povo que somos. No comando da unidade militar do Porto onde mais intenssos foram os fogos da aprendizagem democrática e da política, o coronel Azevedo Simões teve sempre a capacidade de preservar a instituição militar e a sua dignidade profissional, quando tantos outros desapareceram temerosos na ignomínia dos bastidores da intriga ou da demissão, com medo dos movimentos sociais da mudança, e até da festa que houve.

Nosso companheiro na História merece que a sua Alma fique em paz e que a memória de si reste connosco para continuarmos a construir em «Abril».

(Continuação da página anterior)

física: *«Eu estava perto do bar da Faculdade quando se deu uma verdeira batalha campal entre os estudantes e os gorilas»*, recordaria ele, quinze anos depois, numa entrevista ao jornalista Afonso Praça (ver *«JL», 7/6/1988). «Via voar pernas de cadeiras, tampos de mesa. Então, a Polícia de Choque invadiu a Faculdade pelas janelas do bar, com cães--polícias, o que nunca tinha acontecido, nem sequer em 1962. Tentei parlamentar com a Polícia, mas não fizeram caso nenhum. Entraram pelos corredores com cães-polícias.»*

Quando, aliás, Lindley Cintra era interpelado pelos «gorilas» — como no breve encontro que precedeu a explosão do ataque ao bar —, fazia isso mesmo: procurava, em duas ou três breves frases que lhe eram consentidas, argumentar e explicar, paciente, inutilmente. *«Peguei num estudante que estava ao meu lado a sangrar, para o levar ao hospital, mas tivemos de ir num carro da Polícia. Depois fui com um outro que tinha sido mordido pelos cães. Fui até à esquadra, onde apareceu o capitão Maltês* (um dos famosos torcionários salazaristas) *e acabei por ser identificado pela Polícia.»* E por ficar com a cabeça partida, acrescente-se.

O seu prestígio de oposicionista mantivera--se intacto, na coerência nunca desmentida de todos os seus actos, desde a crise académica de 1962. Foi nessa altura que o homem se revelou, de dentro do académico que estudava a linguagem dos foros de Castelo Rodrigo ou as formas de tratamento no português medieval, que editara a *Crónica Geral de Espanha de 1344: «Depois de1962, deixei de ser o que era antes»*, declararia ele, em 1983, numa entrevista ao EXPRESSO.

Não que tivesse sido um conformista cinzento, daqueles em que o regime sornamente se apoiava. Já em 1959, o seu concurso para professor extraordinário (último obstáculo antes da cátedra) suscitara dúvidas a dois membros do júri, que achavam o candidato liberal de mais para subir a tal posto e lançaram duas bolas pretas, para espanto dos restantes. Lá saberiam porquê, e Lindley Cintra fez juz, com a coragem que passou a ser indissociável da sua imagem, a tão honrosa suspeita.

Foi, com efeito, dos poucos que se interpôs entre os estudantes cercados e a Polícia que rodeava a Faculdade, procurando evitar que aqueles iniciassem, por qualquer acto, a violência que se adivinhava, mantendo em respeito os polícias, apesar de tudo pouco habituados a bater em catedráticos. Marcelo Caetano, que era então reitor da Universidade de Lisboa, era suficientemente corporativista para achar que o lugar da força pública não era nos recintos universitários e veio até à Alameda da Universidade depois de um telefonema de Cintra; *«Assim se adiou o confronto. Marcelo Caetano falou com o chefe da forçaç policial, eu, pelo meu lado, falei com os estudantes...»*, relembrou ele, na citada entrevista ao EXPRESSO.

Viriam depois as lutas, os encontros com Marcelo Caetano, a demissão deste. Os outros — poucos — docentes de Letras que ousaram manifestar-se então contra o regime, ou pelo menos mostrar-se ao lado dos estudantes, eram apenas assistentes e acabariam todos, como A. H. de Oliveira Marques, por ser afastados da Universidade portuguesa (com uma excepção, que acharia preferível ao liberalismo de então o prato de lentilhas da cátedra e continua hoje a pontificar à frente do curso de História da FLL — depois de uma pequena maçada a seguir ao 25 de Abril).

Se Lindley Cintra ficou, para ser a referência das gerações seguintes, é porque só ele ganhara a tempo a inamovibilidade da cátedra — á justa, quinze dias antes da crise académica, conforme explicou na entrevista ao EXPRESSO de 2/7/1983: *«Vejam. Eu tomei posse em 9 de Março de 1962. Em 24 de Março estalou a crise académica — com a proibição do dia do estudante, o início da greve e o «luto». Tive portanto quinze dias de sossego como catedrático. Porque depois foram seis meses de intervenção quase diária.»* Não foram seis meses: foram mais doze anos até ao 25 de Abril, mais vinte e nove até ao passado domingo, de uma vida de inteireza e de exemplo, que certa vez ele próprio esclareceu de forma perfeita: «Foi o instinto que me guiou. O instinto da liberdade.»

(Artigo da autoria de Rui Rocha, publicado na Revista do «Expresso» de 24.8.91)

ASSOCIADOS FALECIDOS
3.º TRIMESTRE 91

Coronel Manuel Eduardo Azevedo Simões
Sócio Efectivo n.º 230 (Fundador)

2.º Tenente José Victor da Silva Almeida
Sócio Efectivo n.º 1073 (Fundador)

Capitão José Cabaço Morgado
Sócio Efectivo n.º 559 (Fundador).
Faleceu a 10 de Agosto de 1990

Capitão José da Silva Cabete
Sócio Efectivo n.º 993 (Fundador)

Vasco da Gama Fernandes
Apoiante n.º 131

Luís Filipe Lindley Cintra
Apoiante n.º 435

Dalila Alberto da Fonseca Azevedo
Apoiante n.º 643

José Fraguas Lucas
Apoiante n.º 865

Vicente Augusto Bolina
Apoiante n.º 944

António Fernando Santos (Tossan)
Apoiante n.º 1390